

A estrutura do comércio exterior Brasileiro e os desafios para os importadores e exportadores**The structure of Brazilian foreign trade and the challenges for importers and exporters**

Recebimento dos originais: 29/04/2018

Aceitação para publicação: 26/05/2018

Reginaldo da Silva Souza

Mestre em Administração pela Faculdade Pedro Leopoldo

Instituição: Universidade Vale do Rio Verde – Unincor

Endereço: Avenida Castelo Branco, 82 Chácara das Rosas, Três Corações – MG, Brasil

E-mail: reginaldo-vga@hotmail.com

Pedro dos Santos Portugal Júnior

Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp

Instituição: Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS-MG.

Endereço: Av. Alzira Barra Gazzola, 650 Aeroporto, Varginha – MG, Brasil

E-mail: pedrorotaract@hotmail.com

Sheldon William Silva

Mestre em Administração pela Faculdade Pedro Leopoldo

Instituição: Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS-MG.

Endereço: Av. Alzira Barra Gazzola, 650 Aeroporto, Varginha – MG, Brasil

E-mail: sheldonwilliamsilva@gmail.com

Genivaldo da Silva Souza

Especialista em Gestão Empresarial pela FACECA – Varginha

Instituição: Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS-MG.

Endereço: Av. Alzira Barra Gazzola, 650 Aeroporto, Varginha – MG, Brasil

E-mail: gesouza88@hotmail.com

Paulo Sarto Neto

Mestrando em Administração pela Faccamp

Instituição: SEBRAE – MG.

Praça Dr. Neylor Salles Gontijo - Vila Pinto, Varginha - MG

E-mail: paulosartotp@hotmail.com

RESUMO

A busca pela competitividade no mercado interno e no âmbito internacional está cada vez mais aguçada. Através do aumento da produtividade, conquista de novos mercados, prospecção de novos fornecedores e busca pela redução de custos, as empresas se internacionalizam, realizando

operações de importação e/ou exportação. O objetivo do presente artigo é identificar como está estruturado o comércio exterior brasileiro e quais são os desafios para os importadores e exportadores, assim como, apresentar as possíveis melhorias para as operações de comércio internacional no Brasil. Por meio de uma pesquisa documental e de uma pesquisa de campo com quatro empresas que realizam importações e exportações, foi possível identificar a complexidade da estrutura do comércio exterior brasileiro, além dos desafios enfrentados pelas empresas importadoras e exportadoras.

Palavras-chave: Comércio Exterior; Importações; Exportações; Desafios.

ABSTRACT

The search for competitiveness in the internal market and in the international scope is increasingly sharpened. By increasing productivity, gaining new markets, prospecting for new suppliers and seeking to reduce costs, companies become international, performing import and / or export operations. The objective of this article is to identify how Brazilian foreign trade is structured and what are the challenges for importers and exporters, as well as to present the possible improvements for international trade operations in Brazil. Through documentary research and field research with four companies that carry out imports and exports, it was possible to identify the complexity of the Brazilian foreign trade structure, as well as the challenges faced by import and export companies.

Keywords: Foreign Trade; Imports; Exports; Challenges.

1 INTRODUÇÃO

A competitividade no comércio internacional é extremamente acirrada. A busca pela redução dos custos de produção, dos custos logísticos e a divulgação e aceitação pelo mercado consumidor, figuram como os principais desafios e esforços das empresas que operam nos cenários internacionais (LOPEZ e GAMA, 2010).

O comércio exterior brasileiro vem apresentando crescimento nas últimas décadas, porém, a infraestrutura logística do país não tem demonstrado uma evolução no mesmo ritmo que os importadores e exportadores necessitam, gerando assim custos adicionais aos produtores, que sem opção de escoamento da produção, acabam se submetendo ao sistema dispendioso (MACHADO et al., 2013).

A infraestrutura logística do Brasil, para receber cargas internacionais e escoar as suas exportações, ainda se apresenta como ineficiente e precária, mesmo após à privatização de vários terminais portuários. A criação dos portos secos foi uma tentativa de minimizar a ineficiência logística brasileira e de interiorizar os procedimentos aduaneiros, trazendo maior agilidade e menores custos, entre outras facilidades para os exportadores e importadores brasileiros, mas ainda

sim as empresas apresentam dificuldades com constantes atrasos nas liberações das cargas (LARA e SOARES, 2005).

Diante desse contexto, o objetivo do presente artigo é identificar como está estruturado o comércio exterior brasileiro e quais são os desafios para os importadores e exportadores, assim como, apresentar as possíveis melhorias para as operações de comércio internacional no Brasil.

Por meio de uma pesquisa documental e de uma pesquisa de campo com quatro empresas que realizam importações e exportações, foi possível identificar a complexidade da estrutura do comércio exterior brasileiro, que conta com diversos órgãos intervenientes, que nem sempre estão interligados o que acaba gerando um excesso de burocracia na visão dos usuários, no caso os importadores e exportadores. Os gestores entrevistados apresentaram alguns desafios e sugestões para que o comércio exterior brasileiro possa evoluir ainda mais nos próximos anos.

O artigo está estruturado em cinco partes, além dessa etapa introdutória, segue-se o artigo com uma revisão da literatura sobre negócios internacionais, o comércio exterior, o contexto das importações e das exportações, na sequência são apresentados os aspectos metodológicos, em seguida apresenta-se a análise e discussão dos resultados e finalmente, as conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 NEGÓCIOS INTERNACIONAIS: O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO E A COMPETITIVIDADE

O comércio internacional, em termos genéricos, diz respeito ao conjunto de operações realizadas entre os países, onde acontece o intercâmbio de bens e serviços e/ou a movimentação de capitais. Este comércio é regido por regras e normas, conduzidas pelas Organização Mundial do Comércio – OMC, Organização Mundial das Aduanas – OMA e Câmara do Comércio Internacional – CCI (LOPEZ e GAMA, 2013). A seguir são apresentadas as principais funções desempenhadas por estes organismos internacionais.

A OMC é o principal órgão das relações comerciais internacionais. Criada em 1995, tem como principais atividades: i) regular as relações comerciais entre os países membros; ii) estabelecer um mecanismo de solução de controvérsias comerciais, tendo como fundamento os acordos comerciais em vigor; e iii) criar um ambiente propício para criação de novos acordos multilaterais entre os países que compõem o órgão (ITAMARATY, 2014).

Destacam-se como as principais responsabilidades da OMA: i) criar normas que garantam a segurança e a facilitação da cadeia logística em nível global, a fim de promover certeza e previsibilidade; ii) implementar a gestão integrada de cadeias logísticas para todos os meios de transporte; iii) fortalecer o papel, as funções e as capacidades das aduanas para responder aos desafios e aproveitar as oportunidades do século 21; iv) fortalecer a cooperação entre as administrações aduaneiras, a fim de melhorar a capacidade de detecção de remessas de alto risco; v) fortalecer a cooperação entre as aduanas e as empresas; vi) e promover a circulação ininterrupta de mercadorias através de cadeias logísticas internacionais seguras (SRF, 2014).

As principais atribuições da CCI são: i) estabelecer políticas e práticas empresariais internacionais; ii) fornecer formação e realizar conferências; iii) sediar a Federação das Câmaras Mundiais (CCI, 2014). De acordo com Ludovico (2007, p. 77) “uma das principais atividades da CCI é prestar, através da sua cláusula de arbítrio, serviços internacionais para evitar ou solucionar conflitos comerciais”.

O conceito de comércio exterior refere-se à relação comercial de um país com os demais, de acordo com os seus interesses, legislação, prioridades, limitações, exigências, devendo sempre ser seguida do nome do país, como por exemplo: Comércio Exterior do Brasil (LOPEZ e GAMA, 2010). Nesse contexto Keedi (2012, p. 21) afirma que “o comércio exterior é movido também por relacionamentos entre os países, que precisam trocar mercadorias pelas mais diversas razões, e elas poderão não estar relacionadas à abundância ou à falta de recursos, clima, capital, trabalho etc.” O autor ainda aponta que a importância dos relacionamentos vai além dos motivos materiais. Motivos comerciais, políticos, busca por melhoria na qualidade, nível de investimentos, atividade econômica, diluição de riscos são fatores que podem motivar os intercâmbios comerciais entre os países.

Fazendo uma síntese do crescimento do comércio exterior do Brasil, Lopez e Gama (2010, p. 202) apresentam a evolução dos últimos 20 anos:

De 1990 até 2009, o comércio exterior brasileiro de bens cresceu 339%, o que equivale a uma taxa anual de 9,3%. No entanto, embora exportações e importações tenham apresentado resultados positivos, 287% e 418% respectivamente, quase sempre houve alternância nas taxas de incremento de ambas, em vez de crescimento constante e conjunto.

Nas Importações, o MDIC (2014) aponta que as compras de matérias-primas e intermediários representaram 45,1% da pauta total e as de bens de capital, 21,2%, demonstrando que a pauta brasileira de importação é fortemente vinculada a bens direcionados à atividade produtiva. As importações de bens de consumo representaram 17,7% e as de combustíveis e lubrificantes, 16,0%. Sobre 2010, a categoria de combustíveis e lubrificantes foi a que registrou

maior crescimento de 42,8%, seguida de bens de consumo (+27,5%), matérias-primas e intermediários (+21,6%) e bens de capital (+16,8%).

A Figura 1 apresenta a evolução da balança comercial brasileira entre 2004 a 2013, sendo possível observar o aumento das operações de importação e exportação, tanto nas suas respectivas linhas gráficas quanto no volume corrente de operações que é avaliado pela somatória do volume de importações e exportações. Uma tendência perceptível no gráfico é a redução do saldo da balança, medido pela diferença entre o volume de operações de exportação em relação ao volume das importações. Os volumes apresentaram decréscimo nos anos de 2008 e 2009 tendo como principal justificativa a crise financeira e econômica nos Estados Unidos, que teve reflexos no mercado internacional em geral e também no ano de 2012, cuja principal explicação está na crise econômica da União Europeia, importante parceiro comercial para o mercado brasileiro.

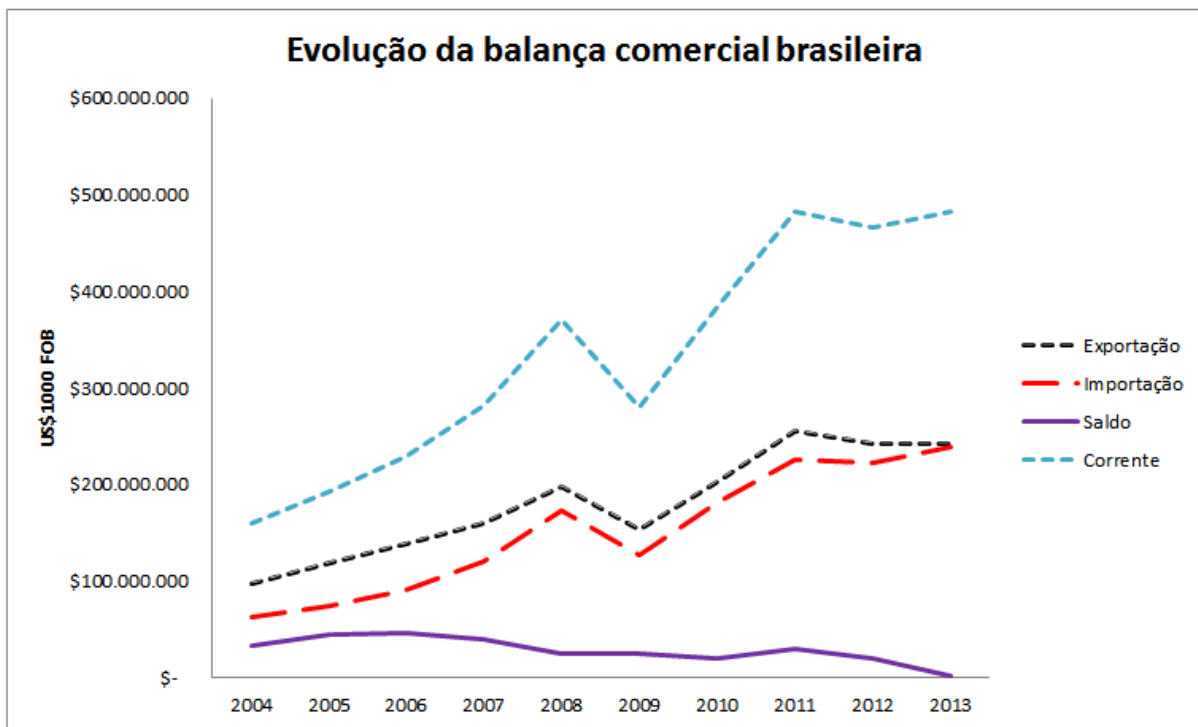


Figura 1. Evolução da balança comercial brasileira de 2004 a 2013.

Fonte: Adaptado Aliceweb (2014).

Anualmente o Fórum Econômico Mundial divulga o ranking de competitividade internacional. O Brasil figura em 57º colocado em uma análise de 144 países, conforme divulgado no relatório do anuário 2014-2015. O País caiu uma posição em relação ao relatório do ano anterior, sendo que este decréscimo foi provocado em especial pela evolução insatisfatória da infraestrutura de transporte, item de análise que o Brasil ocupa a 77ª posição, destacando-se os atrasos nas

entregas das obras de melhoria das rodovias, ferrovias, portos e aeroportos; pela percepção de deterioração do funcionamento das instituições, item que o País ocupa a 104ª posição; pelo aumento da preocupação com a eficiência do governo, item que a nação ocupa a posição 131ª no ranking; e aumento da corrupção, item que o Brasil figura com o 130º colocado, com destaque para os escândalos de corrupção divulgados no segundo semestre de 2014 e início de 2015 (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2014).

Ainda de acordo com o relatório do Fórum Econômico Mundial (2014), o Brasil apresenta um sistema de educação deficiente, item que o País ocupa a 126ª posição, com oferta insatisfatória de profissionais qualificados necessários para o período de transição da economia baseada no conhecimento. O relatório indica, ainda, que o Brasil precisa implementar reformas e investimentos urgentes, já que o país está prestes a enfrentar fortes desafios diante de alterações na economia mundial, com destaque para a queda dos preços das *commodities*.

Ainda na avaliação dessa instituição mesmo diante de tantos desafios, alguns fatores merecem destaque positivo na economia brasileira, sendo o tamanho do mercado brasileiro e relativamente sofisticada comunidade de negócios, que ocupa a 47ª posição no ranking, assim como, excelência em inovação em alguns setores, item que o País figura 44º colocado.

Todos os itens apontados no relatório do Fórum Econômico Mundial (2014) são reflexos diretos da competitividade da economia brasileira, que por sua vez, refletem diretamente nas operações de comércio exterior do país, tanto nas operações de exportação quanto nas operações de importação.

2.2 O CONTEXTO E A IMPORTÂNCIA DAS EXPORTAÇÕES

Exportar pode ser definido como a operação de enviar a outro país bens nacionais ou nacionalizados após cumprir todas as exigências legais e comerciais, havendo dessa forma a entrada de divisas. Adquire-se assim uma abertura da nação para o mundo e, portanto, o contato com técnicas e conceitos que não estão disponíveis em seu mercado interno, tornando-se mais competitivo e desenvolvido (ASSUMPCÃO, 2007).

Conforme a INSRF nº 28/1994, entende-se por exportação, a saída do território aduaneiro de mercadoria nacional ou nacionalizada de acordo com as regras e normas impostas pela autoridade aduaneira competente. É a saída de um bem de seu país de origem, que pode ocorrer em virtude de: um contrato internacional; da falta de recursos naturais em um determinado país e abundância em outro; da tecnologia mais avançada em um local que outro; de mão de obra mais barata, entre outros fatores.

Lopez e Gama (2010, p. 215), corroboram afirmando que “a exportação ocorre com a saída da mercadoria do território aduaneiro, que compreende todo o território nacional.” Vazquez (2009, p. 181) afirma que “a exportação é a atividade que proporciona a abertura do país para o mundo”.

A importância da exportação está na diversificação de mercado, deixando a empresa mais segura por operar com mais de um mercado através da diversificação de clientes. Além disso, ao diversificar mercados, a empresa pode aumentar as suas vendas, possibilitando o aumento da produção e redução de possível capacidade ociosa. Por sua vez, o aumento da produção traz consigo a geração de empregos e renda, que impulsiona toda a economia (KEEDI, 2012).

Ainda segundo o mesmo autor, concomitantemente, ao exportar, a empresa necessita desenvolver produtos de melhor qualidade para o atendimento de mercados mais exigentes. Agregase à melhoria da qualidade o desenvolvimento de uma marca internacional e o seu consequente reconhecimento como empresa produtora de bens para o mercado internacional, que colabora para a melhoria da imagem da organização no mercado interno .

Existem outros argumentos que colaboram como justificativas para se exportar:

- I. A exportação como exigência de política econômica nacional;
- II. O lucro nas vendas externas motiva o empresário a atuar nessa área;
- III. A exportação como defesa de imprevisíveis alterações no mercado interno;
- IV. Minimiza a dependência das vendas internas;
- V. Pode funcionar como um redutor de riscos;
- VI. Contribui para o granjeamento de prestígio e melhoramento da imagem da empresa nos mercados interno e externo;
- VII. Promove a redução de custos através do aumento do volume de produção e redução da capacidade ociosa;
- VIII. Oferece a redução de tributos;
- IX. Proporciona aprendizado sobre culturas internacionais;
- X. Possibilita o aprendizado sobre a complexidade de negociações internacionais;
- XI. Contribui para o aprendizado sobre novas tecnologias, novos materiais e novos produtos;
- XII. Colabora para o desenvolvimento de novos contatos com clientes e consumidores de outros países (BEHRENDTS, 2006; BERNARD, 2007; MINERVINI, 2008; VAZQUEZ, 2009).

Assim sendo, a exportação proporciona inúmeros benefícios à empresa, que somados aos incentivos governamentais e aos interesses dos países e empresas importadoras geram incentivos para a internacionalização das organizações sejam elas de grande, médio ou pequeno porte.

Importante ressaltar, também, que as exportações proporcionam benefícios para a economia, para o desenvolvimento do país e para a sociedade através da geração de empregos, desenvolvimento social, qualificação profissional, maior demanda por cursos universitários, entre outros (LUDOVICO, 2007).

2.3 O CONTEXTO E A IMPORTÂNCIA DAS IMPORTAÇÕES

Outra forma de internacionalização muito utilizada é a importação, que pode ser definida como a operação que proporciona a entrada de mercadorias e serviços em um território aduaneiro, após cumpridas todas as exigências legais e comerciais determinadas no país. Dentro dessa operação, enquadram-se as importações para doações, testes, entre outras. Através da importação, o país adquire uma relevância no que diz respeito ao desenvolvimento social e econômico, pois conquista uma expansão do intercâmbio e da troca de conhecimento e tecnologias (ASSUMPÇÃO, 2007).

Para Lopez e Gama (2010, p. 303) “pode-se denominar importação, a entrada de mercadoria em um país, precedente do exterior. Perante a legislação brasileira, a importação se configura no momento do desembaraço aduaneiro¹.”

Segundo Keedi (2012, p. 17), a importação diz respeito ao processo de “adquirir em outro país, ou trocar com este, mercadorias de seu interesse, que sejam úteis à sua população e ao seu desenvolvimento, isto é, a entrada de bens produzidos no exterior”. Importar é o ato da entrada de um bem em um país estrangeiro. Para a mercadoria ser considerada nacionalizada ela deve passar por um recinto alfandegado para que sejam recolhidos todos os tributos cabíveis e em alguns casos que seja efetuada uma conferência documental e/ou física do item.

Destacam-se como principais motivações para importação:

- I. Baixo custo de aquisição em razão da moeda do país vendedor representar valor menor do que a moeda do país comprador;
- II. Tempo de importação, ser menor do que o tempo de fabricação nacional;

¹ Desembaraço aduaneiro: Consiste no ato final do despacho aduaneiro, pelo qual é registrada a conclusão da conferência aduaneira e autorizada a entrega da mercadoria ao importador. Excetuados os casos de canal verde (desembaraço automático), o desembaraço é registrado pelo Sistema pelo Agente Fiscalizador da Receita Federal, responsável pela última etapa da conferência aduaneira. (LOPEZ e GAMA, 2013, p. 327)

- III. Incentivos governamentais para importar;
- IV. Baixa agregação de mão de obra, em razão de se importar o produto acabado e concluído;
- V. Variação cambial favorável à importação, por ser estável;
- VI. Projeção de programação de compras com preços fixos e estáveis (IMPORTAFACIL, 2014).

As operações de importação e exportação são necessárias para o desenvolvimento do país e equilíbrio do sistema econômico. Para que as operações aconteçam, são necessários procedimentos administrativos governamentais que tem por objetivo fiscalizar as mercadorias que entram e saem do país, bem como, realizar a arrecadação. Para tanto, são necessários recintos alfandegados para armazenagem dessas mercadorias caracterizados, no Brasil, pelos portos, aeroportos, pontos de fronteira e portos secos (LOPEZ e GAMA, 2010).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para Gil (1999, p. 42), a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

O presente trabalho, do ponto de vista de seus objetivos, baseou-se em uma pesquisa descritiva e, quanto aos meios utilizados, em uma pesquisa documental e qualitativa. A pesquisa documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica, sendo a diferença básica que na pesquisa documental há busca de dados que ainda não foram tratados de forma analítica ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (Gil, 2008). Já a pesquisa descritiva, segundo Silva e Menezes (2001, p. 21) “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática”.

As entrevistas foram realizadas no período de onze de fevereiro a dezessete de março de 2015, as entrevistas tiveram o áudio gravado e em seguida foram transcritas. Os importadores e/ou exportadores foram escolhidos com base no critério de acessibilidade, os entrevistados em tais empresas foram os gestores de importação e/ou exportação responsáveis pelo acompanhamento e tomada de decisões sobre tais operações em suas organizações.

A pedido dos entrevistados os nomes das empresas não serão divulgados, portanto, serão denominados neste artigo como Empresa A, Empresa B, Empresa C e Empresa D. A seguir serão apresentadas a análise e a discussão dos dados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise e discussão dos resultados foi dividida em duas etapas. Na primeira etapa, por meio de uma pesquisa documental em *sites* governamentais, procurou-se descrever como está estruturado o comércio exterior brasileiro, apresentando os órgãos intervenientes e as suas respectivas responsabilidades. Na segunda etapa, apresenta-se uma síntese das entrevistas com importadores e exportadores, apresentando as principais sugestões dos entrevistados para a evolução e otimização do comércio exterior brasileiro.

4.1 A ESTRUTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: ÓRGÃOS INTERVENIENTES E DE APOIO AO COMÉRCIO EXTERIOR

O Brasil tem participação ativa em diversos acordos internacionais de cooperação para o comércio internacional, bem como participa de blocos econômicos com destaque para Mercosul e Aladi. Além disso, o país desenvolve negociações, acordos e parcerias com outros blocos econômicos como: Nafta, União Europeia. Essas rodadas de negócios e fechamento de acordos estão cada vez mais presentes na pauta de prioridades do governo com a finalidade de aumentar as exportações, compartilhar o desenvolvimento de tecnologias, buscar novos investimentos para o país e contribuir para o desenvolvimento da economia (LOPEZ e GAMA, 2010).

O Ministério das Relações Exteriores – MRE é um dos principais órgãos do governo envolvido nas relações comerciais do Brasil tendo como principais funções: o estabelecimento de política internacional; as relações diplomáticas e os serviços consulares; a participação nas negociações comerciais, econômicas, técnicas e culturais com governos e entidades estrangeiras; o desenvolvimento de programas de cooperação internacional e de promoção comercial; e o apoio a delegações, comitivas e representações brasileiras em agências e organismos internacionais e multilaterais (ITAMARATY, 2014).

A gestão das operações de comércio exterior no Brasil é realizada por diversos órgãos de diferentes esferas do governo. Esses órgãos são responsáveis por legislar, fiscalizar e incentivar as atividades de comércio exterior. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2014), é possível dividir essas funções em quatro classificações, os

organismos: formuladores de políticas e diretrizes; operacionais, gerenciais, reguladores, que atuam como gestores; os defensores dos interesses brasileiros no exterior; e os apoiadores.

Destacam-se como principais organismos formuladores de políticas e diretrizes: a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX; o Conselho Monetário Nacional – CMN; a Câmara de Política Econômica – CPE (MDIC, 2014).

São exemplos de órgãos operacionais, gerenciais, reguladores que atuam como gestores e como anuentes na importação e na exportação, responsáveis por anuências prévias e verificações: a Secretaria de Comércio Exterior – SECEX; o Departamento de Operações de Comércio Exterior – DECEX; a Secretaria da Receita Federal – SRF; o Banco Central do Brasil – BACEN (MDIC, 2014).

Destacam-se como principais órgãos defensores dos interesses brasileiros no exterior: o Ministério das Relações Exteriores – MRE; o Departamento de Defesa Comercial – DECOM; o Departamento de Negociações Internacionais – DEINT; a Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN/MF (MDIC, 2014).

Figuram-se como principais apoiadores do comércio exterior brasileiro: o Banco do Brasil – BB; o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; a Agência de Promoção de Exportações – APEX Brasil; a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT; a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE.

Outros órgãos estatais fazem parte desta estrutura, em especial, os responsáveis pelas anuências no licenciamento de importação, ou seja, órgãos que analisam as propostas de importação de produtos que necessitam de autorização prévia do governo para só então procederem com os embarques. A utilização desses órgãos deve-se às características e especificações das cargas. Há 15 órgãos intervenientes que são anuentes no licenciamento de importação (MDIC, 2014).

Entre as funções dos órgãos DECEX, SECEX, SRF e BACEN está o Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX. Trata-se de um conjunto de sistemas que tem por finalidade o apoio, a gestão e a operacionalização administrativa de todas as operações de importação e exportação do Brasil através da informatização. A solução integra, em um fluxo único, funções comerciais, aduaneiras, cambiais geradas pela SRF, Secretaria de Comércio Exterior e Banco Central do Brasil. O SISCOMEX foi instituído pelo decreto 660 de 1992 e sendo o lançamento do módulo de exportação, desenvolvido pelo Banco Central, no ano de 1993. O módulo de importação, desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, foi disponibilizado ao mercado no ano de 1997. Mais tarde, outros três módulos foram desenvolvidos destinados à gestão do regime especial de *Drawback*. Destacam-se como principais usuários do SISCOMEX a Aduana:

Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB, Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - ATRFB e outros servidores aduaneiros; o Secex, o Bacen e os anuentes: que atuam no controle administrativo e cambial; o importador, o exportador e seus representantes legais; o depositário: responsável pelo Recinto Alfandegado, o fiel depositário das cargas sob controle aduaneiro; e o transportador: transportador de cargas do percurso internacional e/ou transportador de trânsito aduaneiro. (MDIC, 2014; SRF, 2014; SERPRO, 2014).

A Figura 2 representa a estrutura hierárquica do comércio exterior do Brasil:

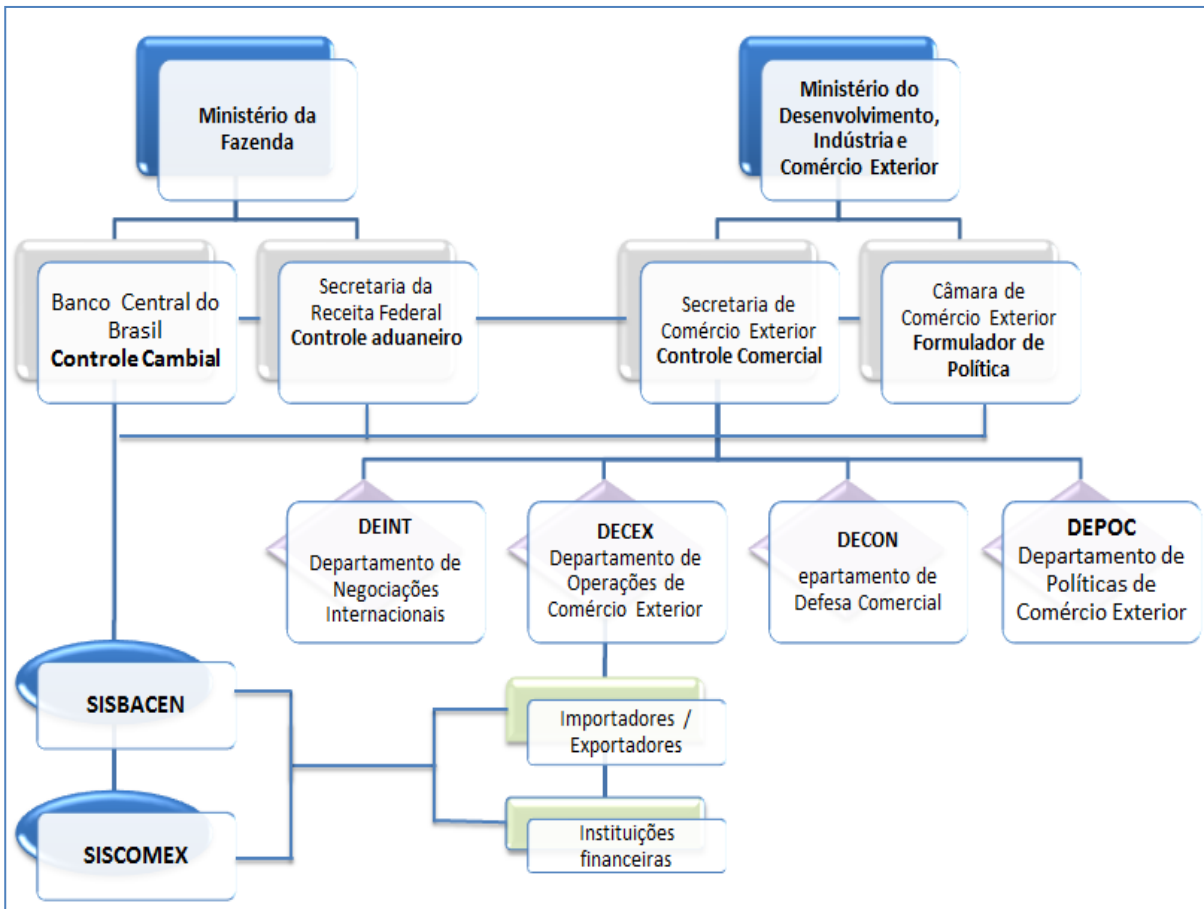


Figura 2. A estrutura do comércio exterior brasileiro

Fonte: Behrends (2006).

O SISCOMEX Exportação, lançado em 1993 e reformulado em uma nova plataforma lançado em 2010, é o módulo responsável pela gestão dos processos de Exportação, através dele é possível realizar o Registro da Exportação – RE, a Declaração de Despacho de Exportação – DDE ou a Declaração Simplificada de Despacho de Exportação – DSE, além do acompanhamento das parametrizações e do desembaraço aduaneiro da mercadoria a ser exportada (MDIC, 2014).

Já o módulo SISCOMEX Importação é destinado à solicitação de Licenciamento de Importação – LI, ao registro da Declaração de Importação – DI, à consulta e acompanhamento do despacho da DI, bem como o acesso ao comprovante de importação – CI (SRF, 2014).

O despacho aduaneiro possui como principal objetivo, verificar a exatidão das informações declaradas pelo importador ou exportador em relação à mercadoria importada ou exportada. Para tanto, os agentes de fiscalização confrontam os documentos apresentados, com as informações inseridas no SISCOMEX, com a legislação vigente, tendo como objetivo o desembaraço aduaneiro. Somente após o desembaraço aduaneiro é que a mercadoria estará disponível para seguir o fluxo da exportação ou ser entregue para o importador (SRF, 2014).

Em geral o processamento do despacho aduaneiro é realizado pelo SISCOMEX, através do qual as importações e exportações são registradas e logo em seguida analisadas pelos gestores do sistema (SRF, BACEN, DECEX). No ato do registro são calculados e cobrados os impostos de acordo com a legislação vigente, que dependem do tipo de mercadoria, seu valor, origem, natureza da operação, entre outros. Finalizada a análise sistêmica pelos órgãos competentes a mercadoria é parametrizada nos canais: verde, amarelo, vermelho e cinza (SRF, 2014).

A mercadoria selecionada para o canal verde será liberada automaticamente, sem a necessidade de conferências documental e física. Quando a parametrização é no canal amarelo há a conferência documental e confronto dos documentos com as informações disponibilizadas no registro da operação. A terceira forma de parametrização, o canal vermelho, caracteriza-se pela conferência documental e conferência física da mercadoria, assim como o confronto do resultado da conferência com as informações disponibilizadas no ato do registro no SISCOMEX. A última opção é o canal cinza, onde é realizado o exame documental, a verificação física da mercadoria e a aplicação de procedimento especial de controle aduaneiro, para verificação de elementos indiciários de fraude, inclusive no que se refere ao preço declarado da mercadoria (SRF, 2014).

Na sequência serão apresentados os principais resultados das entrevistas com quatro gestores de empresas importadoras e exportadoras.

4.2 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS IMPORTADORES E/OU EXPORTADORES

A Empresa A está localizada na região do Norte de Minas Gerais, genuinamente brasileira, é especialista em produtos veterinários, com uma história de mais de cinquenta anos de existência. A empresa é reconhecida nacionalmente e internacionalmente pela sua capacidade de inovação e soluções para as necessidades dos seus clientes. Atualmente, a empresa trabalha com importações e

exportações, utilizando de vários portos, aeroportos, pontos de fronteira e portos secos para realizar suas operações. As principais unidades alfandegadas utilizadas pela Empresa A são: Porto de Santos, Aeroportos de Guarulhos e Campinas, pontos de fronteira de Corumbá, Ponta Porã e Uruguaiana, e os Portos Secos de Betim e de Varginha.

A Empresa B, há mais de dez anos, na região do Sul de Minas Gerais. Especializada na fabricação de produtos de informática, cresceu em número de funcionários e vendas ao longo desses anos. Com vários certificados de qualidade a companhia busca oferecer produtos diferenciados e que atendam às demandas do mercado interno. Atualmente, a Empresa B trabalha somente com importações, mas já possui estudos para iniciar as atividades de exportação. As principais unidades alfandegadas utilizadas pela Empresa B são: Porto de Santos, Porto do Rio de Janeiro, Aeroporto de Confins, Porto Seco de Juiz de Fora e Porto Seco de Varginha.

A Empresa C, está sediada na região do Triângulo Mineiro, formada por uma *Joint venture* de 50% de participação de um grupo italiano, atuante no Brasil há mais de trinta e cinco anos e 50% de capital de uma empresa japonesa. A Empresa C atua no mercado agroquímico brasileiro desde 1979 e possui diversas certificações de qualidade, sendo reconhecida pelo mercado pelas suas pesquisas, pela qualidade de seus produtos e serviços. Atualmente, a empresa opera com importações de produtos acabados e matérias primas. As principais unidades alfandegadas utilizadas pela organização são: Porto de Santos para produtos acabados, Porto Seco de Uberaba para desembarço de matérias primas e aeroportos de Guarulhos e Viracopos para a importação de amostras.

A Empresa D, fundada em 1975, especializada na produção de ração para animais, está localizada na região do Sul de Minas Gerais. A empresa realiza exportações para mais de 40 países dos cinco continentes e está entre as maiores empresas do ramo no Brasil. Atualmente, além das exportações a Empresa D, também realiza importações. As principais zonas alfandegadas utilizadas pela empresa são: para exportação utilizam o Porto de Santos, o Porto Seco de Varginha e os pontos de fronteira de Chuí e Jaguarão, nas operações de importação são utilizados os aeroportos de Guarulhos, Campinas e Confins, além do Porto de Santos e Porto Seco de Varginha. A seguir será apresentado uma síntese da caracterização das empresas entrevistadas:

Tabela 1. Caracterização das empresas importadoras e/ou exportadoras entrevistadas

Caracterização das empresas importadoras e/ou exportadoras entrevistadas				
	EMPRESA A	EMPRESA B	EMPRESA C	EMPRESA D
Ramo de atuação	Produtos veterinários	Produtos de informática	Produtos agroquímicos	Rações para animais
Localização	Norte de Minas Gerais	Sul de Minas Gerais	Triângulo Mineiro	Sul de Minas Gerais
Zonas primárias utilizadas	Porto de Santos, Aeroportos de Guarulhos e Campinas, pontos de fronteira de Corumbá, Ponta Porã e Uruaiana	Porto de Santos, Porto do Rio de Janeiro, Aeroporto de Confins	Porto de Santos, Aeroporto de Guarulhos e Aeroporto de Campinas	Porto de Santos, Aeroportos de Guarulhos, Confins e Campinas, pontos de fronteira de Chui e Jaguarão
Portos Secos utilizados	Betim e Varginha	Juiz de Fora e Varginha	Uberaba	Varginha
Operações realizadas	Importações e exportações	Importações	Importações	Importações e exportações

Fonte: Próprios autores (2016).

Em linhas gerais, os gestores apontaram que a infraestrutura brasileira carece de melhorias. O transporte rodoviário, principal modalidade de transporte utilizada no Brasil para escoamento da sua produção necessita de investimentos, assim como, os portos, aeroportos, ferrovias e hidrovias. Em linhas gerais a infraestrutura logística brasileira acaba reduzindo a competitividade dos produtos importados e exportados.

Além da infraestrutura logística do país, outro desafio apontado pelos gestores entrevistados é a elevada carga tributária brasileira. Apesar de alguns incentivos nas operações de exportação, os tributos cobrados nas operações de importação são considerados pelos gestores como muito elevados. Essa elevada carga tributária, assim como, as dificuldades logísticas impacta diretamente na competitividade dos produtos importados e exportados.

Outro aspecto comum nas falas dos gestores diz respeito à burocracia nos processos de importação e exportação, com destaque para a necessidade de investimentos na modernização e informatização, especialmente, dos órgãos intervenientes no comércio exterior brasileiro. Importante destacar que o governo tem trabalhado na evolução das tecnologias da área de comércio exterior, a implantação do Siscomex Exportação Web, mais conhecido como NOVOEX, é exemplo disso. Desde 2010 em operação, o NOVOEX permite a integração com sistemas próprios das empresas ou através da digitação manual no próprio sistema da Receita Federal. Uma evolução tecnológica, necessária e muito esperada pelos exportadores brasileiros. Nesse mesmo sentido, o governo desenvolveu o Siscomex Importação Web, que já está em operação, porém, a título optativo e cuja utilização tornou-se obrigatória a partir de junho de 2015. O novo sistema permite

aos usuários transmitir documentos de forma eletrônica, uma evolução significativa dentro do formato atual de desembaraço aduaneiro, onde a liberação das mercadorias só acontecia mediante a apresentação dos documentos originais.

Algumas falas dos gestores retratam essa síntese dos desafios enfrentados pelos importadores e exportadores e ao mesmo tempo, das ações que precisam ser implementadas, na visão dos gestores, para a evolução do comércio exterior brasileiro.

O executivo da Empresa A apontou a necessidade de criação de um Porto Seco na região do Norte de Minas Gerais, essa reivindicação é justificada pela localização da empresa, distante do Porto Seco mais utilizado por ela. Outro ponto apontado pelo gestor “foi o fim do monopólio dos portos, principalmente em relação à operação de desconsolidação de contêineres pelos terminais marítimos, que oneram muito as operações dos importadores”.

De acordo com o representante da Empresa B “são necessários investimentos em infraestrutura para que os custos logísticos sejam reduzidos e as empresas tenham mais competitividade em seus produtos, melhoria das rodovias, investimento nos portos e aeroportos interferem diretamente nos custos dos produtos”. A estabilização da economia e uma taxa cambial mais estável foram outros aspectos apontados.

Para a Empresa C “a redução da burocracia na zona primária e a melhoria das vias de transportes são importantes pontos para as operações de importação e exportação”. A redução da carga tributária é apontada, também, como fator chave para que a empresa possa desenvolver mais e ter maior competitividade tanto no mercado interno quanto no ambiente externo.

Já a representante da empresa D aponta que a “desburocratização dos processos e a informatização dos órgãos anuentes seriam pontos que o governo precisa fazer para melhorar a competitividade das empresas que operam com o comércio exterior”. Além disso, a principal melhoria que o governo poderia oferecer em relação ao Porto Seco de Varginha seria a maior disponibilidade de fiscais do Ministério da Agricultura que, atualmente, fazem certificação sanitária apenas duas vezes por semana.

5 CONCLUSÕES

O comércio internacional apresenta um considerável número de oportunidades nas mais diversas formas de internacionalização utilizadas pelas empresas, destacando-se as importações e as exportações como as operações mais simples e mais utilizadas pelas organizações. As atividades de comércio exterior são complexas e exigem das empresas muito preparo e conhecimento para que

possam lidar com as situações de competição internacional, com a legislação aduaneira, com as barreiras ao comércio internacional e com os custos envolvidos nas operações.

As empresas brasileiras, ao realizarem as operações de importação e exportação buscam agilidade, custos competitivos, atendimento diferenciado e estruturas que atendam às suas mais diversas necessidades.

O objetivo principal do estudo foi identificar como está estruturado o comércio exterior brasileiro e quais são os desafios para os importadores e exportadores, assim como, apresentar as possíveis melhorias para as operações de comércio internacional no Brasil.

A desburocratização dos procedimentos e a informatização ainda foram apontados como necessários para maior competitividade e agilidade dos trâmites aduaneiros. Há de se reconhecer o esforço do governo nesse sentido, a implantação de novas versões do SISCOMEX Exportação e Importação são exemplos disso. Porém, o avanço da tecnologia e estratégias utilizadas pelas empresas parece estar sempre em um ritmo mais acelerado que a evolução das tecnologias disponibilizadas e utilizadas pelo governo, demonstrando assim uma lacuna na evolução do comércio exterior, que precisa ser identificada e reconhecida pelo governo como forma de acompanhar e garantir a competitividade das empresas brasileiras no comércio internacional.

Acrescentam-se a esses itens outras reivindicações das empresas que realizam operações de compra e/ou de venda no âmbito internacional, tais como, a redução da carga tributária, melhoria nas vias de transporte, investimento nos portos e aeroportos brasileiros e até mesmo a implantação de novos Portos Secos, como sugerido na pesquisa a criação de uma unidade de zona secundária na região do Norte de Minas Gerais.

Uma das limitações da pesquisa está ligada ao número de importadores e exportadores entrevistados. A dificuldade de acesso a esses gestores e a limitação de tempo deles foram complicadores que limitaram o número de executivos entrevistados. Talvez uma pesquisa quantitativa utilizando-se de um *Survey* com mais importadores e exportadores de outras regiões do país possa trazer mais contribuições aos resultados aqui apresentados.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, R.M. Exportação e Importação: conceitos e procedimentos básicos. Curitiba: Ibpe, 2007.

BEHREND, F.L. Comércio Exterior. 8. ed. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

BERNARD, D.A. Marketing Internacional. Curitiba: Ibpex, 2007.

CCI – CÂMARA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL (International Chamber of Commerce – ICC). Disponível em: <<http://www.iccwbo.org/>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. The Global Competitiveness Report 2014 – 2015. Disponível em: <<http://www.weforum.org/reports/global-competitiveness-report-2014-2015>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

IMPORTAFACIL. Quais as vantagens de Importar? Disponível em: <<http://importafacil.net/news,IDLoja,23721,IDNoticia,12501,Pag,1,TextoBuscaNews,,quais-sao-as-vantagens-de-importar->>. Acesso em: 15 ago. 2014.

ITAMARATY. BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

ITAMARATY. Organização Mundial do Comércio (OMC). Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/desenvolvimento-comercio-internacional-e-financas/organizacao-mundial-do-comercio>>. Acesso em 14 ago. 2014.

KEEDI, S. ABC do Comércio Exterior: abrindo as primeiras páginas. 4. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2012.

LOPEZ, J. M. C.; GAMA, M. Comércio exterior competitivo. 4. ed.) São Paulo: Aduaneiras, 2010.

LUDOVICO, N. Logística Internacional: um enfoque em Comércio Exterior.(Rev. Ed.). São Paulo: Saraiva, 2007.

MACHADO, S.T.; SANTOS, R.C.; REIS, J.G.M.; OLIVEIRA, R.V.; DELIBERADOR, L.R.; CAVALCANTI, M. Estudo sobre a utilização de portos secos no Brasil e uma proposta de implementação desses no estado de Mato Grosso do Sul. [versão eletrônica]. RMS – Revista Metropolitana de Sustentabilidade. 2013. Disponível em:

<http://www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/204/pdf_1>. Acesso em: 20 jul. 2014.

MINERVINI, N. O exportador: ferramentas para atuar com sucesso no mercado internacional. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. Estrutura do Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1251143349.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. Relação dos órgãos anuentes no licenciamento das importações. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1308919721.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. Siscomex Exportação Web - Módulo Comercial - NOVOEX. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2782>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. SISCOMEX - Sistema Integrado de Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=256>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO. Siscomex - Sistema Integrado de Comércio Exterior. Disponível em: <<https://www.serpro.gov.br/conteudo-solucoes/produtos/administracao-federal/siscomex-sistema-integrado-de-comercio-exterior>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. Disponível em: <<http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

SRF. Despacho Aduaneiro de Importação. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/procaduexpimp/despaduimport.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

SRF. Despacho Aduaneiro de Mercadorias. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana/ProcAduExpImp/DespAduMercad.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

SRF. Introdução. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/DeclaracaoExportacao/2003/Introducao.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

SRF. Manuais Aduaneiros Manual de Despacho de Importação. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/manuaisweb/importacao/topicos/conceitos_e_definicoes/siscomex.htm>. Acesso em: 14 ago. 2017.

SRF. OMA - Estrutura Normativa para a Segurança e a Facilitação do Comércio Internacional. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana/OMA/default.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

SRF. Siscomex Importação - versão Web - Dúvidas Frequentes. Disponível: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/siscomex/ImportacaoWEB/duvidas.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

VAZQUEZ, J. L. Comércio Exterior Brasileiro. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.